TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

GABINETE DO CONSELHEIRO
EDGARD CAMARGO RODRIGUES
Avenida Rangel Pestana, 315, Anexo I – 3º Andar
(11) 3292-3522 - gcecr@tce.sp.gov.br

São Paulo, 18 de janeiro de 2022

I- Ciente em 10/02/22
II- A procuradoria P/ Ciencia;
III – Após, arquive-se

Ofício C.ECR nº 38/2022
TC-020730/989/17

Senhor Presidente

Por ordem do Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, nos termos do artigo 2°, inciso XV, da Lei Complementar nº 709/93, encaminho a Vossa Excelência cópia de peças dos autos em epígrafe.

Transmito, ao ensejo, protestos de distinta consideração.

Anderson Godoi
Presidente

RODRIGO HONÓRIO FERREIRA MARTINS
Responsável pelo Cartório

Excelentíssimo Senhor
ANDERSON APARECIDO DE GODÓI
Presidente da Câmara Municipal de Tremembé – SP

RHFM/lmf
/AR

Dr. Robson Cardoso
OAB/SP nº 180.244
Procurador Jurídico
10/02/22

ASSINADO DIGITALMENTE

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: RODRIGO HONORIO FERREIRA MARTINS. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-MSP4-0WKJ-6T8V-6W6D

TC-020730.989.17-5
Municipal

DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

DATA DA SESSÃO – 16-06-2020

Pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente e Relatora, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Sidney Estanislau Beraldo, a E. Câmara, ante o exposto no voto da Relatora, juntado aos autos, decidiu julgar irregulares o Pregão Presencial nº 13/2013 e os decorrentes Contrato nº 74/2013, de 28/05/2013, e Termos de Aditamento, de 28/05/2014, 28/11/2014 e 28/05/2015, celebrados pela Prefeitura Municipal de Tremembé e a Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda., bem como a correspondente Execução Contratual, com consequente acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Orgânica desta Corte de Contas.

Decidiu, também, com fundamento no artigo 104, inciso II, da referida Lei, aplicar ao Responsável, Senhor Marcelo Vaqueli, Prefeito Municipal de Tremembé, multa no importe equivalente a 400 (quatrocentas) Ufesps, especialmente por afronta aos artigos 7º, § 2º, inciso II; 43, § 1º; e 57, § 2º, todos da Lei nº 8.666/93.

Determinou, ainda, transitada em julgado a decisão, o encaminhamento de cópia do teor do aludido voto à 2ª Promotoria de Justiça de Tremembé, com referência ao I.C. nº 14.0461.0000151/2018-3, bem como à 2ª Vara Judicial de Tremembé, relativamente ao Processo Judicial nº 1000658-89.2016.8.26.0634, em virtude dos Expedientes TC-009338.989.18-9 e TC-016496.989.19-5.

Determinou, por fim, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, o arquivamento dos autos do TC-020730.989.17-5 e dos Expedientes TC-009338.989.18-9 e TC-016496.989.19- 5.

PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS ÉLIDA GRAZIANE PINTO

- Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1.
- Ao Cartório da Relatora para:
  - redação e publicação do acórdão.
  - vista e extração de cópias no prazo recursal.
  - juntar ou certificar.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SERGIO CIQUERA ROSSI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-I6XD-4Z5O-4RVC-4EU1

- **TC-020730.989.17-5**
- **Municipal**

- oficiar à Câmara Municipal e à Prefeitura Municipal para as devidas providências, nos termos dos incisos XV e XXVII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, se inexistir recurso, encaminhando cópia de peças dos autos (relatório e voto, e acórdão).
- notificar o Responsável quanto à multa imposta, nos termos do voto da Relatora.
- oficiar à 2ª Promotoria de Justiça de Tremembé, bem como à 2ª Vara Judicial de Tremembé.
- arquivar os autos do TC-020730.989.17-5 e os Expedientes TC-009338.989.18-9 e TC-016496.989.19-5.

➢ Á Fiscalização competente para:
- anotações.

➢ Ao Cartório da Relatora para:
- certificar sobre as medidas adotadas e submeter os autos, em qualquer caso, à Relatora.

SDG-1, em 19 de junho de 2020

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/Ra/mer

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SERGIO CIQUERA ROSSI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov link 'Validar documento digital' e informe o código do d nento: 2-I6XD-4Z5O-4RVC-4EU1

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PROCESSO:	**00020730.989.17-5**
CONTRATANTE:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20)
CONTRATADO(A):	▪ MAIS EDUCACIONAL GESTAO E COMERCIO DE SOFTWARE - EIRELI (CNPJ 10.380.936/0001-49) ▪ **ADVOGADO:** MANAEM SIQUEIRA DUARTE (OAB/SP 248.893)
INTERESSADO(A):	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99)
ASSUNTO:	Autos próprios do: TC ? 565/026/14. Decisão da: Primeira Câmara. Sessão de: 30/08/2016. Decisão do: Tribunal Pleno. Sessão de: 04/10/2017. EDITAL s/nº - Processo Interno nº 2896/2013. LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 13/2013. CONTRATO: Contrato Nº 74/2013 ? assinado em 28/05/2013. OBJETO: prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de autoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico on site. VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses
EXERCÍCIO:	2013
INSTRUÇÃO POR:	UR-14
PROCESSO(S) REFERENCIADO(S):	00009338.989.18-9, 00016496.989.19-5

RELATORA - CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Não houve discussão. O relatório e voto correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à 14ª sessão ordinária da Primeira Câmara do dia 16 de junho de 2020.

SDG-1, 25 de junho de 2020.

Mirian Elisabete Rossini

Agente Técnico da Fiscalização

SDG-1/Taquigrafia

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MIRIAN ELISABETE ROSSINI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-I6WV-IN39-6HUJ-95AQ

PRIMEIRA CÂMARA SESSÃO DE 16/06/2020 ITEM Nº 013

TC-020730.989.17-5
Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.
Contratada(s): Mais Educacional Gestão e Comércio de Software – EIRELI.
Objeto: Prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de auditoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico on site.
Responsável(is) pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 28-05-13. Valor – R$1.275.110,00. Termos Aditivos de 28-05-14, 28-11-14 e 28-05-15. Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman, publicada(s) no D.O.E. de 17-04-18.
Advogado(s): Manaém Siqueira Duarte (OAB/SP nº 248.893) e outros.
Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.

Cuidam os autos do **TC-020730.989.17-5** do **Pregão Presencial nº 13/2013** (Processo nº 2.896/2013), do tipo "menor preço global", e de seu decorrente **Contrato nº 74/2013**, de 28/05/13, celebrado pela **Prefeitura Municipal de Tremembé** e a **Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda.**, visando à prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de autoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte *on site*, pelo período de 12 (doze) meses e nos valores mensal de R$ 106.259,17 e total de R$ 1.275.110,00.

Também em exame no referido feito o **Termo de Aditamento s/n, de 28/05/14**, destinado à prorrogação da vigência contratual por 06 (seis) meses, de 28/05/14 a 27/11/14, firmado no valor mensal de R$ 106.259,17 e

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

total de R$ 637.555,02; o **Segundo Termo de Aditamento**, **de 28/11/14**, assinado para dilatar a duração do ajuste por outros 06 (seis) meses, de 28/11/14 até 27/05/15, e a suprimir do montante mensal pactuado 25% (vinte e cinco por cento), fixando cada uma das 03 (três) primeiras parcelas mensais do período em R$ 79.694,37 e cada uma das 03 (três) últimas em R$ 79.694,38, ficando o preço total estabelecido em R$ 478.166,25; o **Termo de Aditamento de 28/05/15**[1], almejando a prorrogação da duração do contrato por mais 04 (quatro) meses, de 28/05/15 até 27/09/15; e o correspondente **acompanhamento da execução contratual**.

Tais autos próprios foram autuados em cumprimento à r. determinação exarada no TC-000565/026/14 pela C. Primeira Câmara, em Sessão de 30/08/16[2], ao emitir Parecer Prévio Desfavorável às Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Tremembé, exercício de 2014, confirmado pelo E. Plenário, em Sessão de 04/10/17[3], ao negar provimento ao Pedido de Reexame interposto por Marcelo Vaqueli, Prefeito Municipal de Tremembé e, por conseguinte, responsável pelos referidos demonstrativos.

Referenciado a esse processo está o Expediente TC-009338.989.18-9, no bojo do qual o Ministério Público do Estado de São Paulo, mediante Ofício nº 1047/2018 – EXPPGJ, de 15/03/2018, Protocolo nº 18.019/2018 – MPSP, subscrito pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício à época, Doutor Walter Paulo Sabella, acompanhado dos Ofícios nº 29/2018 – 2ª PJTbé e nº 030/2018 – 2ª PJTbé, ambos de 27/02/2018 e assinados pela Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Tremembé, Doutora Daniela Rangel Cunha Amadei, referentes ao I.C. nº 14.0461.0000151/2018-3, destinado à apuração de eventuais irregularidades no processamento do Pregão Presencial nº 13/2013 e dos subsequentes Contrato nº 74/2013 e termos de aditamento, solicitou cópia do Relatório de Fiscalização elaborado nos autos do TC-020730.989.17-5.

---

[1] Vide Nota de Rodapé nº 01.
[2] Pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Relatora, bem como do Conselheiro Renato Martins Costa, Presidente em exercício, e do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero. Aresto publicado no DOE de 21/09/16.
[3] Pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Relatora, bem como dos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Renato Martins Costa, e dos Auditores Substitutos de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, Antonio Carlos dos Santos e Samy Wurman. Aresto publicado no DOE de 17/11/17, com trânsito em julgado em 28/11/17.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

Igualmente referenciado ao TC-020730.989.17-5 o Expediente TC-016496.989.19-5, no qual há determinação do Juiz de Direito Doutor Luiz Fellippe de Souza Marino, da 2º Vara Judicial de Tremembé, nos autos do Processo Judicial nº 1000658-89.2016.8.26.0634, para que esta Corte apresente informações sobre se o último período do Contrato nº 74/2013, compreendido entre 28/05/15 a 27/09/15, era oneroso ou destinado à viabilização da correção de serviços, assim como se houve a apresentação de justificativa administrativa prévia para referida dilatação da vigência ajuste; se existia reserva de capital; e se ocorreu irregularidade no último aditamento de prorrogação em razão da indicação de data anterior ao momento de sua assinatura.

Ao proceder à instrução da licitação e dos subsequentes contrato e termos de aditamento, bem como da execução do ajuste, a **UR-14** verificou impropriedades que, a seu ver, comprometem a matéria, quais sejam (Evento 19.1): **a)** não implantação do Software de Web Gestão Acadêmica e Administrativa pela contratada, caracterizando pagamento por serviços não realizados; **b)** ausência de monitor no laboratório de informática de uma das unidades escolares previstas no termo de referência; **c)** inocorrência de capacitação do corpo docente nos moldes ajustados; **d)** sistema inapto para funcionamento; **e)** valores pagos indevidamente, no montante de R$ 564.600,00, em virtude da inexecução parcial dos serviços avençados; **f)** notas fiscais emitidas sem a discriminação dos valores relativos a cada parcela do objeto contratado, impossibilitando a glosa dos preços dos serviços não realizados; e **g)** orçamentos prévios sem detalhamento dos serviços abrangidos.

Constatou, ainda: **h)** restrição à participação no certame de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial; **i)** ata da sessão pública da licitação sem a assinatura dos responsáveis pelas empresas participantes, de membros da equipe de apoio e do cidadão presente na ocasião; **j)** carência de publicação da adjudicação do objeto e de sua homologação; **k)** termo contratual sem cláusula relativa à exigência de garantia contratual requisitada

pelo ato de convocação; **l)** terceiro termo aditivo sem cláusula valorativa; **m)** falta de prévio empenho para a realização das despesas relativas aos aditamentos; **n)** não comprovação das autorizações prévias para celebração das prorrogações viabilizadas pelos primeiro e segundo termos aditivos; e **o)** ausência de prestação ou extensão da garantia contratual referente ao terceiro aditamento.

Por fim, **propôs** seja determinada a **devolução ao Erário**, com as devidas correções, dos valores indevidamente despendidos pela contratante, assim como a **aplicação de multa ao Responsável** e **encaminhamento dos autos ao Ministério Público**.

Notificados os Responsáveis[4], nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Orgânica desta Corte, a **Prefeitura Municipal de Tremembé**, por meio de seu **Prefeito**, **Senhor Marcelo Vaqueli**, apresentou justificativas e documentos de interesse[5].

Sobre o fato de os orçamentos prévios não terem apresentado, de modo detalhado, os serviços por eles englobados, disse que as empresas consultadas tiveram acesso ao termo de referência norteador do certame.

Defendeu que a legislação regente da matéria não prevê a forma como tais orçamentos devem ser apresentados, indicando apenas a obrigatoriedade de sua providência pela Administração Pública durante a fase interna da licitação.

Mencionou que, apesar disso, os orçamentos foram oferecidos por empresas do ramo do objeto licitado, não havendo, portanto, que se falar na falta de detalhamento dos serviços correspondentes.

Expôs que a Lei nº 8.666/93 não define de quem é a atribuição pela elaboração de tais peças orçamentárias, limitando-se a exigi-la como pressuposto para a abertura do certame.

[4] Eventos 22.1 e 26.1.

[5] Eventos 32.1/32.13.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código o documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

Referendou que não estava proibida de solicitar, nesta licitação, certidão negativa de recuperação judicial nem de proibir a participação de empresas em recuperação judicial, porquanto, tendo sido o edital lançado em maio/2013, não estava alcançado pela Súmula nº 50 desta Corte, publicada apenas em 14/12/16.

Acerca da ausência de assinaturas do Pregoeiro, de integrantes da Equipe de Apoio, dos Representantes das empresas participantes e do cidadão presente na ocasião na Ata da Sessão Pública, asseverou que os representantes das empresas Embrás – Empresa Brasileira de Sistemas Ltda., Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda. e Alan Claysson de Assis ME assinaram as propostas por elas apresentadas.

Entendeu que as assinaturas faltantes da referida Ata decorreram de um "descuido" do Pregoeiro na condução do certame, o que deve ser tratado, a seu ver, como mera irregularidade formal.

A respeito da não publicação da adjudicação do objeto e da homologação da licitação, compreendeu que não há que se falar em desatendimento aos incisos VII e XI do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, pois a celeridade da modalidade licitatória "Pregão" pressupõe a consumação, num ato único, do recebimento das propostas, habilitação e adjudicação, em conformidade com os incisos VI a XXI do artigo 4º da Lei nº 10.520/02.

Pontuou que, embora o artigo 9º da Lei nº 10.520/02 determine que a Lei nº 8.666/93 será aplicada de forma subsidiária ao Pregão, os incisos VII e XI do artigo 38 da Lei de Licitações não são pertinentes a essa modalidade licitatória, por falta de amparo legal e em razão de seu rito célere.

Transcreveu trecho doutrinário que, em sua interpretação, dispõe acerca da irrelevância do ato de adjudicação em se tratando de Pregão.

Disse que a Coordenadoria de Licitações, por prudência, seguiu os prazos processuais legalmente estabelecidos para a interposição de recurso administrativo contra a homologação do certame, apesar de estar ciente da

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

decadência do referido direito em caso de ausência da manifestação das licitantes, em Ata, da intenção de dele se valer.

Aduziu que a legislação não prevê a necessidade de publicação do ato de homologação da licitação, mas apenas a obrigatoriedade de se proceder à divulgação do extrato do contrato e de seus aditamentos.

Sustentou que seus atos estiveram permeados de boa-fé, tendo sido o procedimento licitatório conduzido da melhor maneira possível, com a garantia da transparência e busca pela conquista da proposta mais vantajosa.

Quanto ao contrato, considerou que o fato de não haver nele cláusula específica dispondo sobre o recolhimento de garantia não lhe ocasionou prejuízos, pois o ato convocatório, parte integrante do ajuste, teria previsto tal obrigação, providenciada pela contratada.

Relativamente à falta de cláusula valorativa no terceiro termo de aditamento, destinado à prorrogação da vigência do ajuste, traçou um panorama histórico.

Citou que, em 04/05/15, a Fiscalização desta Corte, em inspeção *in loco*, constatou diversas irregularidades na execução da avença, motivo pelo qual, em 22/05/15, ocasião em que o processo administrativo foi encaminhado para fins de celebração de novo termo de prorrogação, entendeu-se pela impossibilidade da medida antes da realização das adequações necessárias.

Explicou que, então, em 28/05/15, a Secretaria Municipal de Educação justificou a dilatação da vigência contratual para que as adequações nas funcionalidades do Sistema fossem realizadas, solicitando, ainda, a suspensão dos pagamentos à contratada até a retificação dos serviços questionados por este Tribunal.

Pontuou que a contratada concordou em assinar referido aditamento para a prorrogação do ajuste por mais 04 (quatro) meses, ou seja, até 27/09/15, para a correção das funcionalidades, nos moldes do artigo 69 da

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCE SP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

Lei nº 8.666/93, sem que a esse termo fossem atribuídos valores.

Disse que a contratada não compreendeu a necessidade de correção do objeto avençado, restando, por isso, fundamentada a necessidade de acréscimo de prazo para que as providências corretivas pudessem ser adotadas.

Afirmou que a empresa *"[...] trabalhou para a Administração durante este período e nada recebeu, pois a lei está ao lado do administrador de forma que estabelece que o Contratado arque com as conseqüências de sua imperícia na execução dos serviços, corrigindo as falhas apontadas"*.

Anotou que o artigo 76 da Lei nº 8.666/93 estabelece a possibilidade de a Administração rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados pela contratada.

Informou que, tratando-se o objeto de serviços de informática, só constatou as falhas na execução do ajuste após a inspeção técnica desta Corte.

Assegurou que, apesar da existência de diferença entre os valores empenhados, verificou que os aditamentos autorizados foram devidamente contabilizados e pagos, não tendo ocorrido pagamento sem prévio empenho.

Noticiou que a celebração do primeiro termo aditivo foi previamente autorizada pelo Prefeito Municipal à época, que, embora não tenha assinado essa autorização, subscreveu o aditamento, sanando a falha.

Com relação ao segundo aditivo, anunciou que sua celebração foi precedida de autorização da Secretária Municipal de Educação e convalidada com a assinatura do Prefeito à época no correspondente termo.

No tocante à carência de prestação ou extensão da garantia contratual por ocasião da pactuação do terceiro aditamento, aclarou,

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

novamente, que a finalidade desse instrumento se restringiu à dilatação do ajuste para a correção das falhas constatadas pela Fiscalização desta Casa.

No que tange às irregularidades apuradas na execução contratual, informou ter instaurado o Processo Interno nº 4.037/2015, no bojo do qual a contratada, devidamente notificada, apresentou esclarecimentos e os acompanhamentos do cumprimento do ajuste referentes ao período correspondente à sua última prorrogação.

Explicou, contudo, que, em 21/05/15, a contratada comunicou a paralisação dos serviços ajustados, em virtude da falta de pagamento; enquanto, em 24/09/15, requereu a remuneração pelos serviços prestados durante a derradeira dilatação do ajuste.

Relatou que, a partir daí, iniciou-se um impasse, porque, através do terceiro aditamento, pretendeu que a contratada corrigisse os serviços, mas sem receber, embasando-se, para tanto, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

Declarou que a contratada, não concordando com essa situação, ajuizou a Ação de Cobrança nº 1000658-89.2016.8.26.0634, que tramitou pela 2ª Vara da Comarca de Tremembé do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, segundo informações, foi julgada improcedente.

Esclareceu que o Ministério Público do Estado de São Paulo instaurou Inquérito Civil para investigar eventual prática de ato de improbidade administrativa relativo a esta matéria.

Pugnou, assim, pela **regularidade** da licitação e do contrato, bem como pela **irregularidade** da execução do ajuste exclusivamente por imperícia da contratada.

O **Ministério Público de Contas** manifestou-se pela **irregularidade** da licitação e subsequentes contrato e aditamentos, bem como pela **aplicação de multa ao Responsável** e remessa dos autos ao **Ministério Público Estadual** (Evento 57.1).

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.jov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

A **SDG** também se posicionou pela **irregularidade** da licitação, contrato e aditamentos, propondo a aplicação de **multa ao Responsável**, dada a inobservância aos artigos 57, 77 e 87 da Lei nº 8.666/93 (Evento 65.1).

É o relatório.

GC.CCM-21/

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

GC.CCM

PRIMEIRA CÂMARA **SESSÃO DE 16/06/2020** **ITEM N° 13**

Processo: **TC-020730.989.17-5**.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.

Contratada: Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda.

Objeto: Prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de autoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte *on site*.

Em Exame: - Pregão Presencial nº 13/2013 (Processo nº 2.896/2013), do tipo "menor preço global" (Edital inserido no Evento 9.15, Fls. 01/16; e Anexos I a IX inseridos nos Eventos 9.15, Fls. 17/18, a 9.17);

- Contrato nº 74/2013, de 28/05/13, com valor mensal de R$ 106.259,17 e total de R$ 1.275.110,00, para viger por 12 (doze) meses (Evento 9.46, Fls. 01/05);

- Termo de Aditamento s/n, de 28/05/14, objetivando a prorrogação contratual pelo período de 06 (seis) meses, de 28/05/14 a 27/11/14, pelo valor mensal de R$ 106.259,17 e total de R$ 637.555,02 (Evento 9.51, Fl. 01);

- Segundo Termo de Aditamento, de 28/11/14, visando à dilatação da vigência contratual por mais 06 (seis) meses, a partir de 28/11/14 até 27/05/15, bem como à supressão de 25% (vinte e cinco por cento) do montante mensal inicialmente ajustado, ficando cada uma das 03 (três) parcelas iniciais referentes a esta prorrogação no importe de R$ 79.694,37 e as 03 (três)

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

últimas no de R$ 79.694,38, enquanto o preço total do período restou estabelecido em R$ 478.166,25 (Evento 9.57);

- Termo de Aditamento de 28/05/15[6], almejando a prorrogação da duração do contrato por mais 04 (quatro) meses, de 28/05/15 até 27/09/15 (Evento 9.65); e

- Execução contratual.

Responsáveis: **- Autoridade que autorizou a abertura do certame, subscreveu o edital, homologou a licitação e assinou o ajuste, bem como os termos aditivos:** Marcelo Vaqueli, Prefeito Municipal (Eventos 9.8, Fl. 03; 9.15, Fls. 15/16; 9.43; 9.46, Fl. 05; 9.51, Fl. 01; 9.57; e 9.65); e

- Pela assinatura da avença e dos aditamentos pela Contratada: Viviane Ferreira da Silva, Representante Legal (Eventos 9.46, Fl. 05; 9.51, Fl. 01; 9.57; e 9.65).

Obs.: Termos de Ciência e de Notificação inseridos nos Eventos 9.67/9.70.

Fiscalização: UR-14.

Advogados: Manaem Siqueira Duarte (OAB/SP nº 248.893), Rubens Siqueira Duarte (OAB/SP nº 131.290), André Duarte Santos (OAB/SP nº 425.087) e Filipe Duarte Santos (OAB/SP nº 425.213) (Evento 50.1).

Referenciados: **Expediente: TC-009338.989.18-9.**

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo – MP/SP.

Assunto: Ofício nº 1047/2018 – EXPPGJ, de 15/03/2018, Protocolo nº 18.019/2018 – MPSP, subscrito pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício à época, Doutor Walter Paulo Sabella,

[6] Intitulado pela Origem de "Segundo" Termo de Aditamento (Evento 9.65). Contudo, observa-se o que o Segundo Termo de Aditamento ao ajuste foi firmado em 28/11/14 (Evento 9.57).

acompanhado dos Ofícios nº 29/2018 – 2ª PJTbé e nº 030/2018 – 2ª PJTbé, ambos de 27/02/2018 e assinados pela Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Tremembé, Doutora Daniela Rangel Cunha Amadei, referentes ao I.C. nº 14.0461.0000151/2018-3, destinado à apuração de eventuais irregularidades no processamento do Pregão Presencial nº 13/2013 e dos subsequentes Contrato nº 74/2013 e termos de aditamento, solicitando cópia do Relatório de Fiscalização elaborado no TC-020730.989.17-5.

Expediente: TC-016496.989.19-5.

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP - 2º Vara Judicial de Tremembé.

Assunto: Decisão do Juiz de Direito Doutor Luiz Fellippe de Souza Marino da 2º Vara Judicial de Tremembé, proferida nos autos do Processo Judicial nº 1000658-89.2016.8.26.0634, solicitando a apresentação de informações sobre se o último período do Contrato nº 74/2013, compreendido entre 28/05/15 a 27/09/15, era oneroso ou destinado à viabilização da correção dos serviços, assim como se houve a apresentação de justificativa administrativa prévia para a dilatação da vigência do referido ajuste; se existia reserva de capital; e se ocorreu irregularidade no aditamento de prorrogação em razão da indicação de data anterior ao momento de sua assinatura.

VOTO.

As justificativas ofertadas pela Prefeitura Municipal de Tremembé elucidaram algumas das falhas suscitadas no decorrer da instrução processual.

Com efeito, à época da divulgação do ato de convocação,

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.jov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

ocorrida em **08/05/13**[7], não havia pacificação na Jurisprudência desta Casa sobre a vedação à proibição à participação em licitações de empresas em recuperação judicial, posicionamento esse que passou a se formar a partir do voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, proferido no **TC-003987.989.15-9**[8], acolhido pelo E. Plenário em Sessão de **30/09/15**, nos moldes abaixo delineados:

> "[...] Importante frisar que a apresentação da certidão de concessão de recuperação judicial não suprime a obrigação de a empresa comprovar todos os quesitos requeridos no certame, inclusive econômico-financeiros, pois necessário conferir igual tratamento a todas as licitantes perante o princípio da isonomia.
>
> Nestes termos, o que pude observar é que a não apresentação da certidão negativa de recuperação judicial não pode resultar na inabilitação imediata da licitante, mas deve ser sucedida de avaliação dos demais requisitos de habilitação econômico-financeira que, no caso de empresas naquela situação, deve abarcar a verificação de que o Plano de Recuperação encontra-se vigente e atende as exigências *'indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações'* (art. 37, XXI, CF).
>
> Em consonância com esse entendimento, anoto a decisão do E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no processo TC-7159/2012, que houve por bem *'determinar ao administrador público considere incluir, em seus instrumentos editalícios, a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, condicionando, alternativamente, a apresentação de certidão mensal emitida pela instância judicial competente, a fim de que seja possível avaliar corretamente a viabilidade da contratação – considerando a saúde financeira da empresa e a natureza do objeto que se pretende contratar'*.
>
> Feitas essas ponderações, considero, de plano, ilegal a previsão de vedação de participação no certame de empresas que estejam em situação de recuperação judicial, podendo, todavia, ser requisitada a certidão negativa durante a fase de habilitação.
>
> No entanto, deve, ainda, ser possibilitada a apresentação de certidão positiva, hipótese em que necessário se faz que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital.
>
> Diante do exposto, voto pela procedência da impugnação ora em apreço".

[7] Evento 9.18 do TC-020730.989.17-5.
[8] Pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Dimas Ramalho e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman. Aresto publicado no DOE de 07/10/15, com trânsito em julgado em 22/10/15.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.jov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

Desta feita, apenas depois da reiteração desse entendimento pelo E. Plenário deste Tribunal ocorreu a aprovação, por meio da **Resolução nº 10/2016**, publicada no DOE de **15/12/2016**, da **Súmula nº 50**[9].

Disso resulta que o edital do Pregão Presencial nº 13/2013, divulgado em **08/05/13**, ao obstar a participação na competição de empresas em recuperação judicial, não se opôs à Jurisprudência remansosa naquela ocasião, como, aliás, já restou consignado no voto de autoria do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, proferido nos autos do **TC-011685.989.17-0**[10], em Sessão da C. Primeira Câmara de 09/04/19.

Elucidada, também, a carência de publicação da adjudicação do objeto da licitação, bem como da homologação de seu resultado, eis que, por ocasião do processamento deste Pregão, cujo edital fora divulgado em **08/05/13** e o correspondente ajuste restou assinado em **28/05/13**, o artigo 9º das Instruções nº 02/2008 desta Corte, vigentes à época, não a exigia.

Por outro lado, com relação à inexistência de previsão no instrumento contratual[11] de cláusula exigindo a prestação da garantia estabelecida no ato de convocação[12], no importe equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do ajuste (R$ 1.275.110,00), ou seja, R$ 63.755,50, é falha que pode ser relevada, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, estipulado no artigo 3º, "caput", da Lei de Licitações[13], o qual

---

[9] "Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital."

[10] Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Edgard Camargo Rodrigues, Presidente, e Cristiana de Castro Moraes. Aresto publicado no DOE de 14/05/19, com trânsito em julgado em 03/10/19.

[11] Evento 9.46 Fls. 01/05, do TC-020730.989.17-5.

[12] "**10. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:**

[...]

10.3. Para assinatura do contrato, a empresa adjudicatária deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratado" (Evento 9.15, Fl. 12, do TC-020730.989.17-5).

[13] "Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

ensejou o recolhimento dessa caução pela contratada[14].

Contudo, os orçamentos previamente colhidos junto a 03 (três) empresas do ramo do objeto licitado[15], que possibilitaram o cálculo do valor médio estimado para a contratação (R$ 1.567.600,00), dividiram-se em 02 (dois) grandes grupos[16], sem, dessa forma, pormenorizar os serviços elencados no Termo de Referência do edital[17], em detrimento do preconizado no artigo 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93[18], aplicável, subsidiariamente, à modalidade licitatória "Pregão", sobretudo se se considerar a previsão contida no ato convocatório de equipe técnica mínima destinada à gestão dos laboratórios de informática[19] e do fornecimento de mão de obra *in loco* para suporte aos usuários do Sistema de Gestão Acadêmica – WEB[20], de modo que não houve levantamento subsistente dos custos envolvidos na execução do objeto.

Ressalte-se que falha da espécie foi condenada pela C. Primeira

---

[14] Comprovante acostado ao Evento 9.45 do TC-020730.989.17-5.

[15] Embrás – Empresa Brasileira de Tecnologia Ltda. (R$ 1.558.800,00), Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda. (R$ 1.440.000,00) e Tolsti – Soluções em Informática ME. (R$ 1.704.000,00) (Evento 9.7 do TC-020730.989.17-5).

[16] "Serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica" e "Licenciamento de software de autoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico *on site*".

[17] Colacionado aos Eventos 9.15, Fls. 17/18, a 9.17, Fls. 01/03, do TC-020730.989.17-5.

[18] "Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: [...].
§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:[...] II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; [...]".

[19] "Característica da mão de obra destinada à Gestão Laboratorial
Os laboratórios de informática terão 10 (DEZ) horas por dia útil, de permanência em aberto (períodos matutino, vespertino e horário interperíodos destinados a pesquisa e consulta).
O quadro da equipe técnica da contratada responsável pela gestão dos serviços deverá ser composta por no mínimo:
- 1 (um) Coordenador Pedagógico com experiência em administração;
- 1 (um) Coordenador Pedagógico com experiência em informática na educação;
- 1 (um) Coordenador Psicopedagógico;
- 1 (um) Supervisor Pedagógico de atividades dos laboratoristas que ocuparão os postos de trabalho em cada laboratório, com o objetivo de atendimento no local das escolas, tirando dúvidas e orientando os professores no uso da tecnologia e da metodologia, de forma que os professores da Prefeitura sejam atendidos pessoalmente em seus locais de trabalho sempre que isso se fizer necessário;
- 1 (um) Coordenador de Tecnologia da Informação, responsável por coordenar a especificação, instalação, treinamento, manutenção e suporte técnico do Portal;
A prestadora de serviços deverá fornecer no mínimo 08 (oito) colaboradores para atendimento à permanência em aberto dos laboratórios e cobertura de eventuais folgas.
Aspectos de logística, escala de trabalho dos profissionais envolvidos, transporte, legislação trabalhista e tudo mais que se fizer necessário à melhor gestão deverão ser contemplados pela prestadora de serviços" (Evento 9.16, Fl. 20, do TC-020730.989.17-5).

[20] "Características do fornecimento de Mão de obra in loco para suporte aos usuários do sistema de gestão Acadêmica – WEB
Deverá ser fornecidos 1 (um) técnico destinado a dar suporte aos usuários do sistema de gestão acadêmica – WEB fornecido em seus locais de trabalho.
Os aspectos de logística e escala de trabalho dos profissionais envolvidos, transporte, legislação trabalhista e tudo mais que se fizer necessário à melhor gestão, deverá ser contemplado pela prestadora de serviços" (Evento 9.17, Fl. 03, do TC-020730.989.17-5).

Câmara desta Corte nos autos do TC-007787/026/15[21], ao acolher voto da lavra do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, em Sessão de 16/07/19:

> "[...] Saliente-se que os **orçamentos prévios obtidos**, que levaram ao **montante de referência (R$ 8.866.980,00)**, trazem **somente valores globais**, sem qualquer **composição de custos unitários incidentes**, de acordo com as Atividades/Projetos previstos e horas de trabalho dos profissionais demandados, concluindo-se que a **Administração** igualmente **não havia elaborado e não possuía um orçamento detalhado em planilhas que expressassem a composição de todos os custos unitários**, deixando, assim, de atender o disposto no **artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93** [nota de rodapé suprimida]. Registre-se que segundo informado pela Origem (fl. 353) a empresa vencedora somente veio declarar o **quantitativo total de horas considerado em sua proposta** (e, consequentemente, a apresentar algum detalhamento [nota de rodapé suprimida]) quando da necessidade de **repactuação de valores** e assinatura do **1º Termo Aditivo.** [...]".

A propósito, dessa imperfeição decorreu aquela consistente na ausência de discriminação nas notas fiscais expedidas durante a execução do ajuste dos valores relativos a cada parcela do objeto avençado, eis que, tendo o modelo de proposta indicado no edital[22] seguido os parâmetros dos orçamentos prévios à licitação[23], inviabilizou-se a precificação unitária dos serviços e a consequente glosa dos não realizados durante a vigência contratual.

A falha concernente à ausência de assinatura dos representantes das empresas participantes do certame, do Pregoeiro, de membro da Equipe de Apoio e do cidadão presente na Sessão Pública do Pregão, ocorrida em 20/05/13, na correspondente Ata, apenas reforça as irregularidades de maior gravidade já elencadas no corpo deste voto.

Deveras, a partir do conteúdo da referida Ata[24], confirma-se a

[21] Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, Relator, bem como dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Presidente, e Sidney Estanislau Beraldo. Aresto publicado no DOE de 22/08/19, com trânsito em julgado em 13/09/19.
[22] Anexo II – Evento 9.17, Fl. 04, do TC-020730.989.17-5.
[23] Evento 9.7 do TC-020730.989.17-5.
[24] Evento 9.42 do TC-020730.989.17-5.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

impropriedade constatada pela Fiscalização acerca de sua falta de subscrição por quem deveria, que não pode ser afastada pela alegação de que as propostas das empresas licitantes contaram com a assinatura de seus responsáveis, por afrontar o artigo 43, § 1º, da Lei nº 8.666/93[25], aplicável, subsidiariamente, à espécie, em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 10.520/02[26].

No que tange aos aditamentos, consultando no sítio eletrônico desta Corte[27], mediante a utilização do CNPJ da contratada, os empenhos citados pela Prefeitura Municipal de Tremembé em sede de esclarecimentos[28], infere-se que não houve a realização de despesas sem prévio empenho, tendo sido atendido o artigo 60 da Lei nº 4.320/64[29].

Especificamente no tocante aos primeiro e segundo aditivos, celebrados, respectivamente, em 28/05/14 e 28/11/14, em que pese a Origem tenha informado que aquele restou autorizado pelo Prefeito Municipal à época, enquanto esse último, pela Secretária de Educação, não colacionou ao feito principal elementos capazes de comprovar tais alegações, de modo que houve, portanto, a configuração de desrespeito ao artigo 57, § 2º, da Lei de Licitações[30], já que a autoridade competente para assinar o contrato, Chefe do Executivo Municipal contratante naquela oportunidade, não autorizou, previamente, a subscrição desses aditamentos.

Quanto ao terceiro aditamento, de 28/05/15, sua finalidade, ao prorrogar a vigência da avença por mais 04 (quatro) meses, de 28/05/15 a 27/09/15, segundo justificativas da contratante, foi a de que a contratada

---

[25] "Art. 43. [...] § 1º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão" – Sublinhei.
[26] "Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."
[27] Disponível em: <https://transparencia.tce.sp.gov.br/despesas-fornecedor?nr_identificador_despesa=10380936000149&exercicio=7&mes=All&evento=1&municipio=tremembe>; e <https://transparencia.tce.sp.gov.br/despesas-fornecedor?nr_identificador_despesa=10380936000149&exercicio=6&mes=All&evento=1&municipio=tremembe>. Acesso em: 22 de maio de 2020.
[28] Evento 32.1, Fl. 11, do TC-020730.989.17-5.
[29] "Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho."
[30] "Art. 57. [...] § 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato."

procedesse, nesse período, à correção das impropriedades apontadas pela Fiscalização desta Corte no Relatório das Contas Anuais, exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Tremembé[31], motivo por que a ele não se atribuiu quaisquer valores nem se procedeu, em decorrência dele, à prestação ou extensão da garantia contratual.

A par dessas conclusões, como os aditamentos são dependentes do ajuste principal, encontram-se, por implicância lógica, contaminados pelas máculas nele vislumbradas, sendo, então, irregulares.

No que se refere à execução contratual, **na esteira de SDG**, a Prefeitura Municipal de Tremembé não teve êxito em dirimir as impropriedades relativas à não implantação do Software de Web (Gestão Acadêmica e Administrativa); à falta de monitor no laboratório de informática da Escola Municipal Professor Ernani Giannico, inviabilizando o funcionamento do referido espaço desde 09/03/15, segundo a Diretora dessa unidade escolar; ao não alcance de todo o corpo docente pela capacitação inicial prevista no Termo de Referência; e à inaptidão do Software, decorrente da carência de determinados requisitos ajustados[32].

Essas imperfeições, prejudiciais à Administração, somadas à prorrogação da vigência contratual mediante a celebração dos primeiro e segundo termos de aditamento, de 28/05/14 e 28/11/14, nessa ordem, valorados em R$ 637.555,02 e R$ 478.166,25, respectivamente, demonstram o desinteresse da contratante no que diz respeito à fiscalização dos serviços contratados, por não ter tomado providências destinadas à rescisão do ajuste, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8.666/93, nem aplicado qualquer das sanções previstas no artigo 87, incisos I a IV, da referida legislação, sobretudo se se considerar que servidora municipal já estava a par de uma dessas irregularidades[33]; bem como a realização de pagamentos indevidos à contratada.

[31] Evento 1.2 do TC-020730.989.17-5.
[32] Especificados no Evento 19.1, Fls. 02/03, do TC-020730.989.17-5.
[33] Vide teor do Evento 1.8, Fl. 07, do TC-020730.989.17-5.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.jov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

Afora isso, apesar de regularmente notificada[34], a empresa contratada não teve sequer interesse em elucidar as imperfeições relacionadas à execução desse ajuste; enquanto, embora celebrado o terceiro aditamento, em 28/05/15, visando, segundo a Prefeitura, à correção das falhas apontadas pela Fiscalização desta Corte durante inspeção *in loco*, não restou comprovado que essa finalidade tenha sido, efetivamente, atendida.

Nada obstante, como as notas fiscais emitidas em virtude da execução deste ajuste não discriminaram os valores de cada um dos itens componentes de seu objeto, não há como se calcular os montantes pagos indevidamente à contratada.

Nesses moldes, irregulares a licitação, subsequentes ajuste e aditamentos, bem como a correspondente execução.

Relativamente ao **Expediente TC-009338.989.18-9**, o Ministério Público do Estado de São Paulo, pela d. Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Tremembé, Doutora Daniela Rangel Cunha Amadei, referindo-se ao I.C. nº 14.0461.0000151/2018-3[35], destinado à apuração de eventuais irregularidades praticadas no processamento deste Pregão e dos subsequentes contrato e termos de aditamento, solicitou cópia do Relatório de Fiscalização elaborado nos presentes autos, e, em virtude disso, determino que lhe seja encaminhada cópia desta decisão, após seu trânsito em julgado.

No que se refere ao **Expediente TC-016496.989.19-5**, em decisão proferida pelo Juiz de Direito Doutor Luiz Fellippe de Souza Marino da 2º Vara Judicial de Tremembé, proferida nos autos do Processo Judicial nº 1000658-89.2016.8.26.0634[36], foi solicitada a apresentação de informações

[34] Evento 26.1 do TC-020730.989.17-5.
[35] Em andamento, de acordo com pesquisa efetuada no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://sismpconsultapublica.mpsp.mp.br/Detalhe/140461000015120183>. Acesso em: 26 de maio de 2020.
[36] A Ação Ordinária de Cobrança c.c. Pedido de Danos Morais proposta pela Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda. contra a Prefeitura Municipal de Tremembé foi julgada improcedente em Sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Judicial de Tremembé, Doutor Luiz Fellippe de Souza Marino, disponibilizada no *DJE* em 26/02/18. Entretanto, essa r. decisão fora anulada pela 13ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio de v. acórdão da lavra do Relator Desembargador Djalma Lofrano Filho, disponibilizado no *DJE* de 26/10/18, com trânsito em julgado em 14/12/18, motivo pelo qual não há decisão definitiva, até hoje, 26/05/20, acerca desse ação.

sobre o termo de aditamento celebrado em 28/05/15, pela Prefeitura Municipal de Tremembé e a Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda., visando à prorrogação do Contrato nº 74/2013 por mais 04 (quatro) meses, a partir de 28/05/15 até 27/09/15[37].

Segundo esclarecimentos prestados pela contratante nos autos do TC-020730.989.17-5, esse aditamento se destinou à correção de serviços, sem estipular valores, motivo por que não houve a reserva de recursos.

Além disso, constatou-se que sua celebração foi autorizada pelo Prefeito Municipal de Tremembé, Marcelo Vaqueli, em documento intitulado de "despacho de ratificação"[38]; e não foram levantados óbices em razão da indicação de data anterior ao momento de sua assinatura, ocorrida em 28/05/15.

Assim sendo, determino que cópia da presente decisão, depois de transitada em julgado, seja também encaminhada à 2ª Vara Judicial de Tremembé, com referência ao Processo Judicial nº 1000658-89.2016.8.26.0634.

Nessa conformidade, **voto no sentido da irregularidade** do **Pregão Presencial nº 13/2013** e dos decorrentes **Contrato nº 74/2013**, **de 28/05/13**, e **Termos de Aditamento de 28/05/14**, **28/11/14** e **28/05/15**, celebrados pela Prefeitura Municipal de Tremembé e a Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda., bem como da correspondente **execução contratual**, com consequente **acionamento** do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Orgânica desta Corte.

Voto, ainda, pela **aplicação de multa ao Responsável**, **Senhor Marcelo Vaqueli**, **Prefeito Municipal de Tremembé**, no importe equivalente a 400 (quatrocentas) UFESPS, com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei

[37] Quais seja: se era oneroso ou destinado à viabilização da correção dos serviços, assim como se houve a apresentação de justificativa administrativa prévia para referida dilatação da vigência do ajuste; se existia reserva de capital; e se ocorreu irregularidade no último aditamento de prorrogação em razão da indicação de data anterior ao momento de sua assinatura.
[38] Evento 9.64, Fl. 02, do TC-020730.989.17-5.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.jov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

Complementar Estadual nº 709/93, especialmente por afronta aos artigos 7º, § 2º, inciso II; 43, § 1º; e 57, § 2º, todos da Lei nº 8.666/93.

Transitada em julgado a decisão, encaminhe-se cópia de seu teor à 2ª Promotoria de Justiça de Tremembé, com referência ao I.C. nº 14.0461.0000151/2018-3, bem como à 2ª Vara Judicial de Tremembé, relativamente ao Processo Judicial nº 1000658-89.2016.8.26.0634, em virtude dos Expedientes TC-009338.989.18-9 e TC-016496.989.19-5.

Cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, **arquivem-se os autos do TC-020730.989.17-5 e os Expedientes TC-009338.989.18-9 e TC-016496.989.19-5**.

É como voto.

GC.CCM-21/

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-IJ7M-CMXO-4RCL-6AFG

A C Ó R D Ã O

TC-020730.989.17-5

Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.

Contratada(s): Mais Educacional Gestão e Comércio de Software – EIRELI.

Objeto: Prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de auditoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico on site.

Responsável(is) pela Homologação do Certame Licitatório e pelo(s) Instrumento(s): Marcelo Vaqueli (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Pregão Presencial. Contrato de 28-05-13. Valor – R$1.275.110,00. Termos Aditivos de 28-05-14, 28-11-14 e 28-05-15. Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman, publicada(s) no D.O.E. de 17-04-18.

Advogado(s): Manaém Siqueira Duarte (OAB/SP nº 248.893), Rubens Siqueira Duarte (OAB/SP nº 131.290), André Duarte Santos (OAB/SP nº 425.087) e Filipe Duarte Santos (OAB/SP nº 425.213) (Evento 50.1). e outros.

Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acorda a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessão de 16 de junho de 2020, pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente e Relatora, e dos Conselheiros Antônio Roque Citadini e Sidney Estanislau Beraldo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar **irregulares** o Pregão Presencial nº 13/2013 e os decorrentes Contrato nº 74/2013, de 28/05/2013, e Termos de Aditamento, de 28/05/2014, 28/11/2014 e 28/05/2015, celebrados pela Prefeitura Municipal de Tremembé e a Mais Educacional Gestão & Comércio

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o cód jo documento: 2-K6H8-ALA2-67V6-5K0S

de Software Ltda., bem como a correspondente Execução Contratual, com consequente acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Orgânica desta Corte de Contas.

Decidiu, também, com fundamento no artigo 104, inciso II, da referida Lei, aplicar ao Responsável, Senhor Marcelo Vaqueli, Prefeito Municipal de Tremembé, multa no importe equivalente a 400 (quatrocentas) UFESPs, especialmente por afronta aos artigos 7º, § 2º, inciso II; 43, § 1º; e 57, § 2º, todos da Lei nº 8.666/93.

Determinou, ainda, transitada em julgado a decisão, o encaminhamento de cópia do teor do aludido voto à 2ª Promotoria de Justiça de Tremembé, com referência ao I.C. nº 14.0461.0000151/2018-3, bem como, à 2ª Vara Judicial de Tremembé, relativamente ao Processo Judicial nº 1000658- 89.2016.8.26.0634, em virtude dos Expedientes TC-009338.989.18-9 e TC- 016496.989.19-5.

Determinou, por fim, cumpridas todas as providências e determinações cabíveis e verificada a inexistência de novos documentos, o arquivamento dos autos do TC-020730.989.17-5 e dos Expedientes TC-009338.989.18-9 e TC-016496.989.19- 5.

Em se tratando de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, o relatório voto e os demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Presente a Dra. Élida Graziane Pinto, DD. Representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se.

São Paulo, 07 de julho de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Presidente e Relatora

C.CCCM-37

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K6H8-ALA2-67V6-5K0S

TC-018051.989.20-0
Municipal

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO – 09-12-2020

Pelo voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Relator, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Josué Romero, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, visto que insubsistentes são as razões ofertadas, mantendo-se na íntegra os exatos termos, pelos próprios e judiciosos fundamentos da Decisão combatida e, consequentemente, a penalidade e os encaminhamentos nela determinados.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS THIAGO PINHEIRO LIMA

- Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1.
- Ao Cartório do Relator para:
  - redação e publicação do acórdão.
- Ao arquivo.

SDG-1, em 14 de dezembro de 2020

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/pi/cleo

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SERGIO CIQUERA ROSSI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br, link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-VGSS-A340-61C8-7BC6

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PROCESSO:	**00018051.989.20-0**
RECORRENTE:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20)
ASSUNTO:	Recurso Ordinário
EXERCÍCIO:	2020
RECURSO/AÇÃO DO:	00020730.989.17-5

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Não houve discussão. O relatório e voto correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à 36ª sessão ordinária do Tribunal Pleno do dia 09 de dezembro de 2020.

SDG-1, 14 de dezembro de 2020

Roseli Chagas de Arruda

Taquigrafia SDG-1

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ROSELI CHAGAS DE ARRUDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-VGRE-BX4D-5YWE-5AX2

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ROSELI CHAGAS DE ARRUDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp br - link 'Validar documento digital' e informe o código ocumento: 2-VGTL-I6A9-67X1-897H

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

36ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, dia 09-12-2020

Item 12

12 - TC- 018051.989.20-0 Ref. TC- 020730.989.17-500 TC-018051.989.20-0 (ref. TC-020730.989.17-5)
Recorrente(s): Prefeitura Municipal de Tremembé.
Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e Mais Educacional Gestão e Comércio de Software – EIRELI, objetivando a prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de auditoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico on site, no valor de R$1.275.110,00.
Responsável(is): Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 17-07-20, que julgou irregulares o pregão presencial, o contrato e os termos aditivos de 28-05-14, 28-11-14 e 28-05-15, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 400 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.
Advogado(s): Manaém Siqueira Duarte (OAB/SP nº 248.893), Rubens Siqueira Duarte (OAB/SP nº 131.290), André Duarte Santos (OAB/SP nº 425.087) e Filipe Duarte Santos (OAB/SP nº 425.213) e outros.
Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalização atual: UR-14.

Tratam os autos do **RECURSO ORDINÁRIO** interposto pela **Prefeitura de Tremembé**, em face da r. sentença proferida nos autos dos TC-020730.989.17-5([1]), que **julgou irregulares o Pregão Presencial nº 13/2013, o decorrente Contrato nº 74/2013, de 28-05-2013, e os Termos de Aditamento, de 28-05-2014, 28-11-2014 e 28-05-2015**, celebrados pela **Prefeitura Municipal de Tremembé e a Mais Educacional Gestão & Comércio de Software Ltda.**, para a prestação de serviços de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de auditoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico *on site*, **bem como a correspondente Execução Contratual**, com

[1] Primeira Câmara de 30-05-17 da eminente Conselheira Dra. Cristiana de Castro Moraes. Acórdão Publicado no Diário Oficial em 17-07-2020.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ROSELI CHAGAS DE ARRUDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-VGTL-I6A9-67X1-897H

consequente acionamento do disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Orgânica desta Corte de Contas. E, aplicação de **multa ao Responsável, Senhor Marcelo Vaqueli, Prefeito de Tremembé, no importe equivalente a 400 (quatrocentas) UFESPS**, com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, especialmente por afronta aos artigos 7º, § 2º, inciso II; 43, § 1º; e 57, § 2º, todos da Lei nº 8.666/93.

O Julgamento de Ilegalidade fundamentou-se em: - levantamento de custos deficiente, vez que os orçamentos previamente colhidos junto a 03 (três) empresas do ramo do objeto licitado, dividiram-se em 02 (dois) grandes grupos, sem pormenorizar os serviços elencados no Termo de Referência do edital; - ausência de discriminação, nas notas fiscais, dos serviços realizados e a inexistência da assinatura dos representantes das empresas participantes da disputa, do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio na sessão pública de pregão - os aditamentos contaminados pelas máculas do ajuste principal; - execução contratual prejudicada pela ausência de implantação do Software de Web (Gestão Acadêmica e Administrativa); - falta de monitor no laboratório de informática da Escola Municipal Professor Ernani Giannico, inviabilizando o funcionamento do referido espaço desde 09-03-15; - corpo docente não recebeu a capacitação inicial prevista no Termo de Referência; - o Software, não atendeu aos requisitos ajustados; - ausência de fiscalização da execução contratual em prejuízo ao artigo 77 e artigo 87, incisos I a IV da Lei nº 8.666/93; - realização de pagamentos indevidos à contratada.

Em suas razões de Recurso, a Prefeitura de Tremembé alega em síntese que: - apesar dos orçamentos não se apresentarem especificamente detalhados, não são imperfeitos, pois, todos foram confeccionados conforme o Termo de Referência elaborado pela Secretaria requisitante e, que este não pode ser demasiado específico, sob pena de redundar em direcionamento da contratação para um fornecedor, restringindo a competitividade; - todos os termos aditivos foram devidamente autorizados, seguiram as regras previstas na Lei Federal n°8.666/93 e firmados pelas partes. Quanto a justificativa prévia para sua assinatura, ressalta que todos foram ratificados, tanto pelo Ordenador de Despesas, quanto pela empresa Contratada, não havendo que se falar em ausência de conhecimento do processado. E, que a eventual falha não acarretou maiores consequências à continuidade da contratação; - a ausência de autorização prévia à subscrição dos aditamentos são falhas meramente formais; - quanto a execução contratual, a empresa Contratada deixou a desejar quanto ao cumprimento contratual e, após diligências junto a Secretaria de Educação, instaurou o Processo Interno n° 4.037/2015, recebendo os esclarecimentos da contratada Mais Educacional Gestão e Comércio de Software LTDA; - a empresa contratada protocolou pedido sob n° 6.553/2015 requerendo remuneração por serviços prestados, mesmo tendo ciência de que a prorrogação do

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ROSELI CHAGAS DE ARRUDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-VGTL-I6A9-67X1-897H

contrato seria de prazo, situação discutida nos autos de Ação de Cobrança que tramita na 2ª Vara de Tremembé – Processo n° 1000658-89.2016.8.26.0634([2]); - quanto a multa afirma que não houve dolo do ordenador de despesa, podendo, portanto, sua aplicação ser afastada; - repisa que a Administração adotou medidas para a adequação das irregularidades, instaurando Sindicância Administrativa.

Por fim, a **Recorrente pede** a reforma da decisão para o julgamento de Regularidade da Licitação e do contrato e, quanto a execução contratual, que seja julgada irregular por imperícia da Contratada na execução do objeto pactuado, ficando a Administração Municipal responsável pela adoção de outras medidas visando assegurar o eventual ressarcimento ao Erário pelas vias cabíveis.

Ministério Público de Contas, (evento 21) pugnou pelo conhecimento e não provimento do recurso ordinário, em síntese: - constatação de pagamentos indevidos e realização de despesas sem a devida contraprestação; - instauração de sindicância interna no âmbito da Administração realizada somente após o julgamento irregular da matéria, ou seja, em 03-07-2020 (evento nº 1.23.), constitui cumprimento de decisão e, não se presta a regularizar a matéria; - a própria Prefeitura reconheceu a inexecução de parte dos serviços que ensejaram a instauração pelo Ministério Público de inquérito civil destinado a apurar eventual ato de improbidade administrativa, bem como a necessidade de ajuizar ação para o ressarcimento de valores; - ausência de justificativas com relação às notas fiscais que deixaram de discriminar os valores relativos a cada serviço contratado de modo a impossibilitar a glosa dos valores correspondentes às atividades não realizadas; - ausência de comprovação sobre a implantação do sistema software de web (Gestão Acadêmica e Administrativa) pela contratada, bem como a capacitação do corpo docente.

Secretaria-Diretoria Geral (evento 30), **preliminarmente** observou que o recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, legitimidade, legalidade e tempestividade, podendo ser conhecido. **Quanto ao mérito**, opinou pelo não provimento do recurso ordinário, consignando em síntese: - Recorrente insistiu na tese de que os orçamentos iniciais estariam corretos porque seus dados foram colhidos pelo Termo de Referência, elaborado sem levar em consideração aspectos que deveriam, sim, compor os custos e por isso condenado; - com relação à execução contratual, o Recorrente se limitou a culpar a Contratada por questões que nada têm a ver com o quanto fundamentado; - entrou em contradição ao reconhecer que *"...a Administração está no aguardo sobre o desfecho do processo para a adoção de outras medidas, inclusive com a eventual necessidade de ajuizamento de ação para o ressarcimento de valores correspondentes a R$ 546.600,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil e seiscentos reais)"* (*sic* fls. 09 do evento 1.1); - com relação aos termos

[2] Após consulta no trâmite da ação, em 26-11-2020, o processo encontra-se em grau de recurso.

aditivos se encontram alcançados pelo princípio da acessoriedade, independentemente de as razões recursais tentarem atribuir-lhes regularidade, ao enfatizarem que houve a necessária assinatura do Prefeito responsável.

É o relatório.

Voto.

Em preliminar, conheço do Recurso porque atendido os pressupostos de admissibilidade.

No mérito, as alegações da Recorrente não merecem prosperar.

Observo que a Contratada não atendeu aos serviços pactuados, a execução ficou prejudicada também pela qualidade inferior ao contratado, pagamentos efetuados por etapas não concluídas do projeto, com consequente prejuízo financeiro para a Municipalidade que demandou o ajuizamento de Ação de Cobrança (tramita na 2ª Vara de Tremembé – Processo n° 1000658-89.2016.8.26.0634 - atualmente em grau de recurso) destinada a ressarcir os danos decorrentes das atividades não executadas.

Noto, ainda, a ausência de implantação do sistema de web (Gestão Acadêmica e Administrativa) pela contratada e não execução do treinamento e capacitação do corpo docente, não restando justificado o efetuado pagamento à Contratada por serviços que, embora contratados, não foram executados, em patente afronta ao artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Por fim, permaneceu inalterada a situação da ausência de discriminação, nas notas fiscais, dos serviços realizados, conforme determina o artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a inexistência da assinatura dos representantes das empresas participantes da disputa, do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio na sessão pública de pregão em afronta ao disposto no artigo 43, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

Em face do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO, visto que insubsistentes são as razões ofertadas, mantendo-se na íntegra os exatos termos, pelos próprios e judiciosos fundamentos da Decisão combatida e, consequentemente, a penalidade e os encaminhamentos nela determinados.

É o meu voto.

São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

ANTONIO ROQUE CITADINI

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ROSELI CHAGAS DE ARRUDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-VGTL-I6A9-67X1-897H

Conselheiro

CAMPM

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ROSELI CHAGAS DE ARRUDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-VGTL-I6A9-67X1-897H

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ANTONIO ROQUE CITADINI: EDGARD CAMARGO RODRIGUES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-XPXM-ILOS-6DK8-422A

ACÓRDÃO

TC-018051.989.20-0 (ref. TC-020730.989.17-5)
Recorrente(s): Prefeitura Municipal de Tremembé.
Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e Mais Educacional Gestão e Comércio de Software – EIRELI, objetivando a prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de auditoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico on site, no valor de R$1.275.110,00.
Responsável(is): Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 17-07-20, que julgou irregulares o pregão presencial, o contrato e os termos aditivos de 28-05-14, 28-11-14 e 28-05-15, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 400 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.
Advogado(s): Manaém Siqueira Duarte (OAB/SP nº 248.893), Rubens Siqueira Duarte (OAB/SP nº 131.290), André Duarte Santos (OAB/SP nº 425.087) e Filipe Duarte Santos (OAB/SP nº 425.213) e outros.
Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalização atual: UR-14.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. Pregão Presencial. Contrato. Termos Aditivos. Conhecimento. Não provimento.

Serviços de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de auditoria e portal com capacitação continuada. Ausência de implantação do sistema. Ausência de treinamento e capacitação do corpo docente. Serviços efetuados em desacordo ao objeto pactuado. Ausência de discriminação, nas notas fiscais, dos serviços realizados. Afronta ao artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e ao artigo 43, § 1º da Lei nº 8.666/93. Recurso conhecido e não provido. Manutenção integral da decisão originária, seu juízo de irregularidade, a penalidade e as determinações exaradas. Votação unânime.

Vistos, relatados e discutidos os autos dos processos TC-018051.989.20-0.

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, conforme Notas Taquigráficas, juntados aos autos, o E. Plenário, em sessão de **09 de dezembro de 2020**, Presidido pelo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, e pelo voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Relator, Renato Martins Costa, Dimas Ramalho, Sidney Estanislau Beraldo, da Conselheira Cristiana de Castro Moraes e do Auditor-Substituto de Conselheiro Josué Romero, preliminarmente conheceu do Recurso e, quanto ao mérito, julgou pelo NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO, visto que as razões ofertadas são insubsistentes, mantendo-se na íntegra os exatos termos, pelos próprios e judiciosos fundamentos da Decisão combatida e, consequentemente, os encaminhamentos e penalidade nela determinados.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.
Publique-se.
São Paulo, 09 de dezembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES - Presidente

ANTONIO ROQUE CITADINI – Relator

CAMPM

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ANTONIO ROQUE CITADINI: EDGARD CAMARGO RODRIGUES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http:// acesso.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-XPXM-ILOS-6DK8-422A

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

CARTÓRIO DO CONSELHEIRO
EDGARD CAMARGO RODRIGUES
(11) 3292-3529 - cgcecr@tce.sp.gov.br

CERTIDÃO

PROCESSO:	**00020730.989.17-5**
CONTRATANTE:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBE (CNPJ 46.638.714/0001-20)
CONTRATADO(A):	▪ MAIS EDUCACIONAL GESTAO E COMERCIO DE SOFTWARE - EIRELI (CNPJ 10.380.936/0001-49) ▪ **ADVOGADO:** MANAEM SIQUEIRA DUARTE (OAB/SP 248.893)
INTERESSADO(A):	▪ MARCELO VAQUELI (CPF 103.921.948-99)
ASSUNTO:	Autos próprios do: TC ? 565/026/14. Decisão da: Primeira Câmara. Sessão de: 30/08/2016. Decisão do: Tribunal Pleno. Sessão de: 04/10/2017. EDITAL s/nº - Processo Interno nº 2896/2013. LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 13/2013. CONTRATO: Contrato Nº 74/2013 ? assinado em 28/05/2013. OBJETO: prestação de serviços técnicos e especializados de informática educacional para a implantação de sistema de gestão acadêmica, software de autoria e portal com capacitação continuada de professores, alunos e usuários, assessoria pedagógica com treinamento e suporte técnico on site. VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses
EXERCÍCIO:	2013
INSTRUÇÃO POR:	UR-14
PROCESSO(S) REFERENCIADO(S):	00009338.989.18-9, 00016496.989.19-5
RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S):	00018051.989.20-0

Certifico que o v. Acórdão do processo em epígrafe, publicado no DOE de 17 de julho de 2020, transitou em julgado em 12 de fevereiro de 2021.

Cartório do GCECR, 8 de abril de 2021.

LARISSA MOURA FRANZIN
Funcionária do Cartório

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LARISSA MOURA FRANZIN. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-24UV-IFD7-5PGA-6XDA